O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 4 | Nº 12 | Boa Vista | 2020

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.4281458

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

"DIZ EM QUE CIDADE QUE VOCÊ SE ENCAIXA, CIDADE ALTA OU CIDADE BAIXA?": GENTRIFICAÇÃO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SALVADOR/BA

Anderson Felipe Souza Alves[1]

Renan Vieira de Santana Rocha[2]

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues[3]

Resumo

No atual contexto político do país, discutir os modos de vida e a situação da população de rua é pensar em um sujeito inserido em uma sociedade excludente e precária, que se coloca contra um indivíduo marginalizado. Pensando nestas questões, este artigo é desenvolvido, sob o formato de um Ensaio Teórico-Crítico (LARROSA, 2003; ADORNO, 1986), a partir de práticas de um estagiário de Psicologia, da Universidade Salvador (UNIFACS), junto ao Programa Corra Pro Abraço, em Salvador / BA, cujo objetivo é produzir reflexões a respeito de como o processo de gentrificação tem afetado os que habitam as ruas e de que forma a Psicologia exerce práticas visando esta relação e a qualidade de vida dos indivíduos assistidos. É notório que a rua é um espaço que possibilita e cria histórias cotidianamente; contudo, pensar por esta perspectiva é, também, perceber o "muro simbólico" que a cidade vem erguendo e, a partir de tal, invisibilizando as pessoas, no sentido da produção de uma limpeza social, violando direitos como à vida e à cidade.

Palavras chave: Gentrificação. População em Situação de Rua. Psicologia. Saúde Mental.

Abstract

In the current political context of the country, to discuss the ways of life and the situation of the street population is to think of a subject inserted in an exclusionary and precarious society, who stands against a marginalized individual. Thinking about these issues, this article is developed, in the form of a Theoretical-Critical Essay (LARROSA, 2003; ADORNO, 1986), based on the practices of a Psychology intern at the Universidade Salvador (UNIFACS), along with the Corra Pro Abraço Program, in Salvador / BA, whose objective is to produce reflections about how the process of gentrification has affected those who inhabit the streets and how Psychology exercises practices aiming at this relationship and the quality of life of the assisted individuals. It is well known that the street is a space that enables and creates stories on a daily basis; however, to think from this perspective is also to perceive the "symbolic wall" that the city has been building and, from this, making people invisible, in the sense of producing social cleansing, violating rights such as life and the city.

Keywords: Gentrification. Homeless Population. Mental Health. Psychology.

INTRODUÇÃO

Salvador, capital do estado da Bahia, foi invadida em 1549 por Tomé de Souza, sendo este território batizado de São Salvador, tornando-se posteriormente a primeira capital do Brasil, sendo uma referência em construções e edificações com características no estilo colonial e renascentista, mas em transição para o barroco e o rococó (ROSADO, 1983).

[1]Psicólogo pela Universidade Salvador (UNIFACS). Email para contato: felipelpalves@gmail.com

[2] Psicólogo e mestre em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Salvador (UNIFACS). Email: renanvsr@gmail.com

[3]Psicólogo e supervisor de Equipe no Programa Corra pro Abraço (SJDHDS). Email para contato: ialobosr@gmail.com

A cidade é segmentada em dois planos por uma falha geográfica: "Cidade Alta" e "Cidade Baixa". A Cidade Alta, conhecida atualmente como Centro Histórico, se desenvolveu pelo seu potencial administrativo colonial, enquanto a Cidade Baixa cresceu por meio do seu núcleo comercial. Com a mudança da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, Salvador perde parte considerável de seu valor econômico, levando o Pelourinho[4] a um declínio econômico, gerando um abandono destas áreas e levando os olhares da classe alta baiana e dos investidores a novos espaços desenvolvidos a partir de uma arquitetura e urbanismo mais "modernos" (ROSADO, 1983).

No entanto, com a modernização do Porto de Salvador, já na última década do séc. XX, com ênfase na Cidade Baixa, possibilitou a expansão da área a partir de novos investimentos urbanos, bancários, mobiliários e a criação de novos empregos, essencialmente correlacionados ao turismo, elevando o Pelourinho, novamente, a uma espécie de "nova" potência econômica de Salvador; mas que logo voltou a deteriorar-se, com a construção do Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Nesta transição histórica e econômica, não só a cidade passou por transições, mas a população seguiu o ritmo da capital baiana, com movimentos migratórios do campo para a cidade grande. Deere e Medeiros (2007), em conferência quanto à questão da terra no Brasil, vão pontuar que o resultado disto é a favelização das cidades, o que gera uma pressão na infraestrutura e resulta em um crescimento das desigualdades.

Entretanto, devemos ir além na análise e perceber que há um movimento de ocupação desigual na cidade e, em especifico, no Centro Histórico, entre proprietários comerciais, moradores, o turismo e a população em situação de rua, que começa a se formar por meio desta busca de oportunidades na "cidade grande" e pelo crescimento do número de prédios antigos abandonados na região, servindo de abrigo e "ocupações irregulares" com finalidade de moradia; ou, com uma visão, ainda mais contemporânea do fenômeno, a criação e a valorização de novos espaços na capital baiana levou uma parte da população a uma desigualdade social, mas com roupagens humanitárias.

Os espaços das ruas do Pelourinho, por exemplo, permitiram e permitem, não obstante, a construção de novas identidades, transformando os espaços em locais de vida e de (re)construção de cuidados a partir das suas significações, histórias e culturas, considerando a singularidade de cada indivíduo. Quando se narra sobre as vidas que ali coabitam, se faz necessário considerar um movimento de "revitalização", que se repete historicamente, sempre valorizando menos as histórias e os vínculos, e mais o investimento e giro de capital. Essa população, desautorizada no território, muitas vezes é

[4] Muito embora o termo "pelourinho", originalmente, se refira a uma coluna de pedra, localizada normalmente no centro de uma praça, onde pessoas escravizadas eram expostas e castigadas, o termo, hoje, no estado da Bahia, é utilizado para referenciar a parte mais conhecida do Centro Histórico de Salvador.

forçada a migrar para outros territórios ainda mais precarizados, sem presenças efetivas de políticas públicas que permitam uma qualidade de vida saudável.

Tais percursos nos abrem espaços para pensarmos, desta feita, sobre o processo de *gentrificação*, que, segundo Bataller (2000 *apud* 2012, do original em espanhol), "consiste en una serie de mejoras físicas o materiales y cambios inmateriales – económicos, sociales y culturales – que tienen lugar en algunos centros urbanos viejos, los cuales experimentan una apreciable elevación de su estatus".

Abrantes, Vainer e Maricato (2002) complementa tal noção, ao dizerem-nos:

> Digamos, retomando o argumento, que a gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado (p. 31).

Apontando o crescimento imobiliário, econômico e turístico, com a revitalização desses espaços tidos como antigos, não foram desenvolvidas ações visando a população que ali ocupa, pensando a realidade do Centro Histórico de Salvador. Logo, pensando por esta perspectiva, para quem se destina, então, a dita *revitalização*?

Vale registrar que o Pelourinho passou por uma revitalização parecida nos anos de 1992, com o então Governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães (popularmente denominado como ACM), em um projeto totalmente focalizado no turismo, após adaptações no projeto inicial elaborado pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Em 2017, o então Prefeito ACM Neto (neto do ex-governador de mesmo nome), decidiu por lançar o projeto Salvador – 360º, que, em seu 4ª eixo, denominado de "Centro Histórico", visa a requalificação não só do Pelourinho, bem como de todo o centro comercial da cidade, abrangendo áreas como: Barroquinha, Praça Castro Alves, Praça da Sé, Rua Chile, Terreiro de Jesus, Bahia de Todos os Santos, Praça Visconde de Cayru e Praça Marechal Deodoro. Estes territórios selecionados têm ampla importância cultural e histórica para cidade, mas também abrigam considerável quantidade de pessoas em situação de rua, que ali transitam, trabalham e moram.

A ideia do projeto supracitado visa ao desenvolvimento de ações que facilitem a mobilidade urbana na região e que qualifiquem a habitação, mas o que se observa desde que o projeto foi lançado é que quem tem se beneficiado são os grandes empresários. Esses benefícios se deram principalmente a partir da aprovação da Lei Ordinária, de Nº 9.215/2017, nomeada de "Revitalizar", oferecendo benefícios como Redução do Imposto Sobre Serviço (ISS), para empresas que se instalarem na região, estratégia utilizada para atrair investidores e financiamento para a região; Isenção do Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV), facilitando a compra e venda dos imóveis na região; Remissão de dívidas com o município; Redução de 50% do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU),

futuro da propriedade do município, dentre outras ofertas – todas com nítido caráter de ocupação comercial da região, o que, per si, não demonstra um processo de revitalização do espaço para uso comum e citadino, mas para uso investido de capital.

Desta maneira, por pressuposto, mas em atitude desatenta, deveríamos *louvar* tal atitude, se pensarmos que as pessoas que já habitam os casarões antigos da área seriam contempladas com tal legislação e incentivos; mas, na prática, tais vantagens não foram concedidas, e os privilégios destinaram-se (como usualmente vemos) às grandes empresas, como, por exemplo, as do ramo hoteleiro, instalados recentemente no antigo prédio do jornal *A Tarde*, na praça Castro Alves, e outro entre as ruas Chile e Avenida Sete. Outra tática utilizada pelo poder público, logo se vê, é a concentração de todos os serviços públicos na Cidade Baixa, resgatando a ideia inicial de fazer do centro uma potente área comercial, com implantações de novos museus nos casarões, os quais já se encontram com obras em andamento, abrigando, além destes, cafeterias e espaços para eventos culturais.

De modo paradigmático, com a recriação urbana desses espaços, o que se torna moradia e comércio para uns, é sinônimo de "passar a oferecer perigo" para outros, quando pensamos na população em situação de rua, o que nos leva a nos depararmos com a invisibilidade e, concomitantemente, com a hipervisibilidade de tal população, mas que segue sendo ignorada, estigmatizada, marginalizada e excluída, vista como um conjunto desconcertante de corpos que causa incômodo à ordem pública. Falar de quem vive na rua, por tudo isto, é retratar a invisibilidade da experiência do *ser*. As diversas obras executadas no espaço urbano público tendem a empurrar quem ali habita para espaços mais "sombrios". Esse movimento não é só metafórico, como visível: na Praça da Sé, um dos pontos históricos mais famosos do Pelourinho, observa-se de um lado, mais escuro e sem destaque, diversas dinâmicas de sobrevivência; do outro lado, mais iluminado, um fluxo de mobilidade diferente e dito mais "civilizado" (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002; MATTOS; FERREIRA, 2004).

O objetivo deste artigo, assim, é realizar uma discussão crítica, de tipo teórico/-conceitual, articulada com as vivências junto a esta população, a partir da atuação em um programa específico da cidade de Salvador voltado, para a população em situação de rua. Nosso intuito, motivado pelas observações sobre os efeitos da gentrificação na população acompanhada durante as práticas de estágio, é refletir sobre a necessidade de inserção da Psicologia junto à defesa ético-política dos segmentos politicamente minoritários de nossa sociedade – aqui, especificamente, a população em situação de rua (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002; MATTOS; FERREIRA, 2004).

MÉTODO

Este artigo foi desenvolvido a partir da experiência de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, junto ao Programa Corra Pro Abraço, na cidade de Salvador, Bahia. O Programa, que iniciou suas atividades em 2013, tem como objetivo a promoção da cidadania dos usuários de substâncias psicoativas em situação de rua, proporcionando acesso às políticas públicas, através de estratégias de cuidados no espaço da rua. No período da prática aqui descrita (Março a Julho de 2019), as unidades se subdividiam em três espaços distintos, a saber: a Sede e duas Unidades de Apoio na Rua (UAR) em duas praças, com equipes multidisciplinares, envolvendo Redutores de Danos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Advogados e Arte-Educadores, entre outros (CORRA PRO ABRAÇO, 2016). Esta subdivisão visava não só ofertar um espaço fixo de acolhimento às pessoas assistidas pelo programa, como também possibilidade o acesso à saúde e a direitos básicos, em termos da cidadania, sendo este acesso mediado pelas/os profissionais e estagiárias/os atuantes no programa, em seus diferentes locais

Assim, o estágio, realizado em parceria com a Universidade Salvador (UNIFACS), possibilitou, através das vivências semanalmente realizadas, o desenvolvimento de plantões de acolhimento e de escuta clínica em Psicologia. Com a finalidade de avaliar o modo de vida das pessoas e as transformações no espaço, foi utilizada a observação participante de inspiração etnográfica, bem como o diário de campo para registro das vivências, de modo a, posteriormente, recorrer, discutir e revisar os significados construídos pela vivência em campo.

A partir da análise dos dados produzidos durante as práticas realizadas, articularemos tais experiências com um conjunto selecionado de autoras e autores que vislumbram uma leitura do fenômeno que é o “estar na rua”, a partir de diferentes prismas teórico-críticos. Por esta perspectiva é que justificamos também o método do presente trabalho como um Ensaio Teórico-Crítico (LARROSA, 2003; ADORNO, 1986): pelo que vivemos, não caberia nem tão somente descrever o vivido, sem produção de análises teóricas, como não caberia, em igual maneira, produzir uma análise teórica descolada da realidade. Assim, nos termos apresentados por Meneghetti (2011), queremos, posicionando-nos enquanto ensaístas, subscrever este tópico defendendo a ideia de que:

> O ensaísta precisa transgredir a forma convencional e tradicional de pensar a realidade, pois só assim pode gerar conhecimento original e diferenciado. *O ensaísta é, antes de tudo, experimentador e não reprodutor de conhecimento ou produto de reflexões presas à formalidade do método* (MENEGHETTI, 2011, p. 330-331, grifo próprio).

Ainda quanto ao Método, vale um último registro de que os próximos tópicos serão escritos em primeira pessoa do singular, no intuito de presentificar a vivência do primeiro autor deste texto, enquanto estagiário do Programa e, consequentemente, principal porta-voz do estudo aqui presente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Onde é o meu lugar?" – Leituras Deambulantes sobre a Contraditória Invisibilidade e Hipervisibilidade do "Estar na Rua"

Se a população em situação de rua não possui uma casa, que tipo de relação se estabelece com o espaço, de forma a reproduzir vidas diariamente? Para responder a essa questão, é primordial compreender o conceito de exclusão social, que, segundo Escorel (1999), "pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer situação" (ESCOREL, 1999, p. 21).

Todavia, podemos ir além do conceito apresentado acima, se observarmos que a exclusão social, como fenômeno, ergue um muro que invisibiliza uma (ou mais) minoria(s) (VÉRAS, 2001). Conforme a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua – PNPSR (2008), veremos:

> A rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu habitat, propriamente dito, onde encontra-se estabelecida uma intricada rede de relações (PNPSR, 2008).

Pensar em um sujeito em situação de rua, a partir da perspectiva da exclusão social, portanto, é analisar uma pluralidade de aspectos que tem fatores multifacetados, e em diferentes realidades vivenciadas. Silva (2006) vai apontar para a existência de três fatores, destarte, que conduzem uma pessoa à situação de rua: (1º) Estruturais, correspondentes à ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.; (2º) Biográficos, como alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.; e (3º) os Fatos da Natureza ou Desastres Naturais, tais como: terremotos, inundações e etc.

A partir do observado nos campos de prática do estágio, a desapropriação, muitas vezes mediada pelo Estado, parece ser também um fator que se adequa ao que Silva indica dos "fatores estruturais" que podem estar envolvidos na transição de uma pessoa para situação de rua. Para os objetivos deste trabalho, a desapropriação indevida se torna um fator de análise importante (ou um fator agregado que amplia o sentido analítico estrutural) para pensarmos os movimentos de desterritorialização e gentrificação, aqui associados com a prática da "limpeza social".

Buscando a compreensão do sentido de sobrevivência nas ruas, em todas as minhas escutas, inclui a inquietação de "como é viver na rua?". Durante o período de estágio no Corra Pro Abraço estive em espaços diferentes de atuação do projeto: uma praça do Centro Histórico de Salvador e na casa/sede do programa, espaços nos quais me deparei com diferentes relatos das ruas e da vida, desde os movimentos migratórios do interior da Bahia e de outros estados para a capital, até a desapropriação indevida por parte do setor público de diversas moradias denominadas pela lei como "irregulares".

Assistidos com histórias como a de uma gestante de 8 meses, natural de São Paulo, moradora das ruas desde os 8 anos de idade, que relata: "É como aquele ditado, para viver é preciso matar um leão por dia. Nas ruas, temos que matar três leões, temos que matar o frio, temos que matar a fome, temos que matar a violência" (Diário de Campo, 2019). Assim, como um aspecto comum entre os que ali convivem, é pensar a rua como constituinte da identidade e da subjetividade, e perceber o espaço enquanto local de presença da violência, mas também transformador de vidas, produção e reprodução de afetos, cuidados e significados (VIEIRA; RAMOS BEZERRA; MAFFEI ROSA, 1994; MATTOS; FERREIRA, 2004).

Conforme nos diz Arendt (1958), o ser humano tem três atividades fundamentais: o *Trabalho*, relacionado aos processos biológicos; a *Obra*, correspondente à não-naturalidade da existência humana; e a *Ação*, atividade que ocorre diretamente entre os homens conforme a pluralidade da existência humana. A autora ainda complementa que, para além das condições de vida que são dadas aos homens, constantemente eles criam as suas próprias condições. Assim, Arendt e Kroh, em "*Eichmann* em Jerusalém – Um Relato sobre a Banalidade do Mal" (1963-1964), vai defender a ideia de como a sociedade permite o desenvolvimento de determinadas ações sem o devido questionamento social, naturalizando olhares e julgamentos morais, em defesa de projetos, muitas vezes, mortíferos:

> [...] sua consciência ficou efetivamente tranquila quando ele viu o zelo e o empenho com que a "boa sociedade" de todas as partes reagia ao que ele fazia. Ele não precisava "cerrar os ouvidos para a voz da consciência", como diz o preceito, não porque ele não tivesse nenhuma consciência, mas porque sua consciência falava com "voz respeitável", com a voz da sociedade respeitável à sua volta. (ibidem, p. 143).

Entretanto, ao pensar o espaço das ruas, por essas perspectivas de ideias, veremos que o modo de sobrevivência para quem ali convive é a todo tempo posto a julgamentos e a sentenças, por quem atravessa as praças ou cruza a cidade, seja de veículo ou a pé, tornando perceptível os olhares e a naturalidade na forma do "ser visto" como sujeito em situação de rua – quase que destituídos de sua humanidade.

O espaço urbano deve ser pensado enquanto constituinte de sentidos e cultura; sentidos e culturas estes também atravessados por políticas e práticas que invisibilizam alguns cidadãos. Mas que ser

humano é este que, ao mesmo tempo em que é excluído por uma sociedade, as pessoas conseguem vê-lo com tanta naturalidade ocupando deste modo uma praça como moradia? Refletir sobre a dignidade humana, assim, é perceber o quanto esse conceito atravessa a cidade e não necessariamente produz movimentos de ruptura.

Quando tratamos de pessoas em exclusão social, marginalizadas e em constantes movimentos de afunilamentos para áreas onde as políticas públicas de saúde, educação e saneamento básico, por exemplo, não chegam de forma igualitária, retratamos o que Foucault vai trazer em "A História da Loucura" (1978); quando surgiu o hospital geral, eram tidos como insanos todos os que feriam a moral e os bons costumes da época, com rótulos de improdutivos para a sociedade, sem a capacidade de contribuir com o desenvolvimento social. Loucura, assim, era sinônimo de *improdutividade* (FOUCAULT, 1978). Hoje, o movimento imposto às populações vulnerabilizadas e desterritorializadas dos espaços onde já possuem vínculos e redes sociais e afetivas, parece ter motivações semelhantes com a lógica iluminista e produtivista que Foucault nos alerta.

A tentativa de tentar traduzir onde é o lugar de cada sujeito é recordar-se que existe, destarte, uma declaração que defende que todos os seres nascem livres e iguais em dignidade e direitos, mas por algum momento ou circunstâncias esses sujeitos perdem essa liberdade. Uma das pessoas acompanhadas, uma criança de doze anos, foi morar em uma praça pública após a Secretária Pública de Defesa Civil derrubar diversos "barracos"[5] em uma comunidade de Salvador. O mesmo costumava retratar a rua como um espaço violento, sem nada a oferecer ou a proporcionar, enfatizando sempre as inseguranças da praça (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Vemos, neste breve exemplo, como que os direitos à vida, à segurança e à saúde vêm sendo percebidos como constantemente violados nestes espaços, ainda que a atual PNPSR, elaborada em 2008, garanta e defenda tais direitos. Suas diretrizes promovem a defesa, por exemplo, do debate sobre a igualdade social, de gênero e de raça, e aponta para diversas estratégias e ações a serem desenvolvidas compreendendo os fatores estruturais, biográficos e naturais implicados no estar na rua.

Contudo, o olhar para o outro e o perceber que ali resiste uma vida humana não depende de nenhum documento, mas sim que o próprio ser humano, ao cruzar com o outro, compreenda que ali constitui-se uma vida, em suas histórias e lembranças e que aqueles espaços, constantemente habitados, também são espaços produtores de vidas, sob a constante marca da resistência e da própria sobrevivência (VIEIRA; RAMOS BEZERRA; MAFFEI ROSA, 1994; MATTOS; FERREIRA, 2004).

[5] Termo genérico que se refere a qualquer casa muito simples, rústica, com instalações precárias. Comumente, é uma expressão utilizada, no senso comum, para descrever habitações de favelas e/ou de ocupações ditas como "irregulares".

“Correr para o abraço de quem?” – Práticas e Políticas para a Promoção da Saúde e a Oferta de Cuidados Intersetoriais para a População em Situação de Rua

Partindo da perspectiva de se pensar em um sujeito a partir das suas condições e em como o espaço tem transformado e guiado o seu modo de viver, para começar, devemos tratar das questões de saúde, os impactos que a mesma sofre e as possíveis estratégias de cuidados e acolhimento aqui implicadas. Inicialmente, quando tratamos de saúde em uma perspectiva pública, devemos sempre nos recordar que existem princípios que orientam nossas práticas: Universalidade, que garante o acesso de todos os cidadãos aos serviços públicos e ações em saúde de forma igualitária; Equidade, proporcionando mais a quem mais precisa; e Integralidade em todos os níveis de atenção (BRASIL, 2014).

Seguindo o que está prescrito na PNPSR, tanto gestores quanto profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) devem garantir e adequar ações e serviços em saúde de forma a que venham a diminuir os impactos do convívio na rua e garantir atendimentos sem preconceitos, no sentido dos princípios citados acima. No entanto, é perceptível o quanto equipes de saúde ainda mantém um olhar reducionista para a população em situação de rua, não atentando de maneira regular às suas condições materiais e concretas, bem como às necessidades em saúde decorrentes destas mesmas condições.

No documento, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, “Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua: Conceitos e Práticas para Profissionais da Assistência Social” (2016), cita-se uma pesquisa, de 2008, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – atualmente extinto – sobre as condições de saúde desta população, onde 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum tipo problema de saúde, porém o uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA) não é abordado diretamente. Contudo, compreendemos que o uso de SPA faz-se presente sobremaneira, e provém um sentido protetivo, em que, apesar dos possíveis danos causados à saúde do indivíduo, em termos de um possível uso abusivo, as mesmas tendem a causar impactos tidos como “positivos”, como a redução do frio, da fome, do cansaço, e proporcionar um sentido de segurança para garantir a sobrevivência. É neste aspecto que retomamos a ideia de Perlman (2003), e passamos a compreender que muitos dos que ali vivem servem, com fins de sobrevivência, como instrumentos marginalizados também pelo/para o tráfico de drogas – debate que nos leva à reflexão da ineficácia da “guerra às drogas”, e às possíveis correlações deste fenômeno com a questão do “estar na rua”.

O fortalecimento das ações de atenção à saúde mental e ações em saúde na atenção básica, como exemplos da ampliação de oferta de cuidados a esta população, vem se fazendo cada vez mais necessário, pois são, na maioria das vezes, a porta de entrada para ações que venham a diminuir os

impactos negativos da experiência de viver na rua e a viabilizar a promoção da saúde e os cuidados de doenças de alto impacto frente a essa mesma população (AMARANTE, 2007; FIORATI *et al*., 2014; HALLAIS; BARROS, 2015; JARDIM; LÓPEZ, 2013; SANTANA; ROSA, 2016).

As ações em saúde e as ações territoriais pautam-se na articulação de diferentes políticas públicas, visando além do bem-estar e da qualidade de vida, a proteção e o asseguramento de direitos do cidadão; a redução de danos e da desigualdade social, bem como o acesso à justiça – por vias não criminalizatórias, inclusive. Oferecer atenção à população em situação de rua, portanto, é desenvolver e possibilitar práticas visando um sujeito com acesso a atenção e cuidados desenvolvidos em rede, inclusive para que possamos analisar a rede além dos serviços oferecidos pelo SUS, mas sim em uma perspectiva intersetorial (FIORATI *et al*., 2014; HALLAIS; BARROS, 2015; JARDIM; LÓPEZ, 2013; SANTANA; ROSA, 2016).

Além disso as políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quanto articuladas junto ao SUS, possibilitam uma visão integrada do *ser humano*, como um sujeito que está para além dos cuidados em saúde e que precisa ter acesso garantido e igualitário a moradia de qualidade, ao direito de ir e vir na cidade, e à proteção assegurada para que não se tornem vítimas da violência urbana e/ou venham a somar com os dados de violência do município (FIORATI *et al*., 2014; HALLAIS; BARROS, 2015; JARDIM; LÓPEZ, 2013; SANTANA; ROSA, 2016).

Aqui, novas narrações de assistidos emergem, nos convocando e provocando a dispor de uma escuta presente, demandando de um acolhimento contínuo. Um dos assistidos, por exemplo, narra os dilemas familiares e as estratégias criadas e desenvolvidas para lidar com as situações vivenciadas na rua, e o quanto busca ser resiliente na vida, estudando dilemas do Direito para auxiliar o próprio filho, frente a questões judiciais. Inicialmente, a questão levantada difusa quanto ao tema abordado, mas quando miramos a leitura atenta das entrelinhas de um caso como este, percebemos o quanto essas pessoas demandam de um espaço para serem reconhecidas enquanto portadoras de uma história, e de capacidade de produção de conhecimento e autorrepresentação.

Neste contexto, inclusive, discutir "família" é outro ponto também central, onde pensar nas relações construídas e descontruídas a partir do espaço da rua é discorrer sobre o quanto essas relações podem, por exemplo levar pessoas para rua após conflitos internos: desavenças por herança; após uma mãe decidir que não cuidaria mais dos filhos, em detrimento de um relacionamento abusivo; pelas questões envolvendo tráfico de drogas em geral; desavenças com a ex-esposa e os filhos; até mesmo quando é desabrigada uma mãe com suas crianças, após uma ação de desapropriação por parte da Prefeitura – todas situações verídicas, acompanhadas no cotidiano das práticas (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

As famílias, nestas situações, podem assumir um papel duplo, envolvendo construções e disfunções, mas também, se cuidada, deslocando-se de um papel de "braço que empurra para a rua" pode o de um "abraço que tira da rua". Nessa linha, o Artigo 226 da Constituição Federal de 1988 vai preconizar a família como a base da sociedade; já o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2008) retratará que:

> [...] é preciso avançar na compreensão das dificuldades que as famílias em situação de vulnerabilidade social têm para oferecer tal ambiente aos seus adolescentes, *premidas pelas necessidades de sobrevivência, pelas condições precárias de habitação, saúde e escolarização, pela exposição constante a ambientes de alta violência urbana*, dentre outros fatores (ibidem, p. 30, grifo próprio).

Pensando o terreno das práticas, as questões apontadas até aqui podem ser trabalhadas através das oficinas ou atividades de grupo, em sua maioria, visando o trabalho a partir das narrativas ou da relação tempo-espaço, corpo e fala (RIBEIRO, 1994). Podendo ser, desta forma, o campo fenomenológico para o sujeito, o qual ele pode tomar consciência das suas experiências no momento da ação. No processo grupal, a/o psicóloga/o pode atingir um maior número de pessoas ao mesmo tempo, se preocupando, desta forma, em como a formação de cada grupo vai variar conforme a experiência dos participantes, podendo assim ser composta de familiares, amigos, trabalhadores, dentre outros (RIBEIRO, 1994).

As oficinas em saúde tem o potencial de ofertar um espaço de pertencimento a partir da relação de cuidados com a situação de rua, e de cuidarmos do indivíduo não apenas a partir de problemáticas físicas, mas considerando que ali se apresenta um sujeito que tem seu lado emocional e sua saúde mental que precisam ser cuidados, alguém que precisa de um espaço de fala, no qual possa ser escutado e acolhido (RIBEIRO, 1994). Sobre isto, em "Direitos Humanos e Saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos" (2017), é sinalizado ainda que: "[...] uma abordagem da saúde baseada em direitos humanos fornece estratégias e soluções para tratar e corrigir desigualdades, iniquidades, práticas discriminatórias e relações de poder injustas que, frequentemente, induzem a resultados de saúde desiguais" (OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Para além das questões já apresentadas, o uso de drogas também figurará como questão central ao pensarmos em ofertas de cuidados à saúde das pessoas em situação de rua. A atual conjuntura política do país, no entanto, reflexo de um momento caótico, onde o plano de governo visa à abstinência total do sujeito usuário de SPA, faz com que seja necessário, aqui, discorrermos sobre a Redução de Danos (RD), um dos pilares do Programa. Buscando minimizar os efeitos negativos e as consequências do uso abusivo de drogas, a RD tornou-se uma estratégia em saúde pública, na qual intenta-se ofertar ao usuário a possibilidade de um uso das drogas de modo mais consciente, por meio de mecanismos que reduzam

os danos e males à sua saúde, adotando comportamentos mais seguros e conhecimentos quanto ao uso que é feito. Isto pode ocorrer através de informação, psicoeducação, troca de materiais descartáveis, entre outros (INGLEZ-DIAS *et al*., 2014; NEIL; SILVEIRA, 2008; SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010).

É muito comum, quando estamos na rua, nas praças ou na sede do Programa, realizando uma escuta junto às assistidas e assistidos, ouvir termos como "facção" ou "tráfico", que muitas vezes eles não podem voltar ao seu bairro de origem por complicações com o tráfico local, ou não podem se dirigir a uma outra praça por questões de "rivalidade" (VIEIRA; RAMOS BEZERRA; MAFFEI ROSA, 1994; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002; MATTOS; FERREIRA, 2004). Junto a isso, existe uma questão de acessibilidade aos termos e aos serviços de justiça, seja por receios quanto a alguma pendência legal com a justiça que não tenham conhecimento, além da própria natureza excludente da justiça, visível no seu linguajar específico e nos seus espaços restritos. Para dar conta desse tipo de demanda, o Programa dispõe de Educadores Jurídicos, técnicos formados em Direito, que cumprem um papel de acompanhar esses sujeitos nos espaços e atendimentos jurídicos, bem como facilitando o acesso aos conhecimentos jurídicos, minimizando possíveis ações que venham a (re)marginalizá-los.

Em paralelo a toda discussão atual sobre os cuidados em saúde mental, uso de drogas e o tráfico, preconizados por uma nova perspectiva de cuidado, percebe-se que além do poder público municipal, o federativo também tem buscado silenciar a população em situação de rua, reforçado os condicionantes de invisibilidade do sujeito marginalizado, ao desenvolver políticas públicas sem interrogar ou promover discussões envolvendo os maiores interessados: os habitantes dos locais visados pelos órgãos de governo. Enquanto o governo municipal intenta, por exemplo, e muitas vezes, levar estas pessoas para bairros cada vez mais distantes, o governo federal busca as internações involuntárias das pessoas em situação de rua – muitas vezes sem uma confirmação expressa do uso abusivo de drogas, "justificativa" utilizada para a internação compulsória – o que acarreta em consequências diretas à vida destas pessoas, vulnerabilizadas socialmente.

Não obstante, há também dificuldades em estudar e produzir dados sobre esta população. Mapear a população em situação de rua e levantar dados quantitativos exatos tem as suas implicâncias pela dificuldade de endereço exato, respostas fidedignas ou até mesmos pelas condições de saúde mental que as pessoas vão apresentar. Conforme uma destas poucas pesquisas, realizada pelo Ministério da Saúde, realizada em 2014 (BRASIL, 2014), 29,7% dos entrevistados afirmam ter algum problema de saúde, 32,6% usam a própria rua para tomar banho, 31,4% recorrem a albergues/abrigos, 14,2% recorrem a banheiros públicos e 5,2% recorrem a casa de parentes ou amigos. Nesta, percebe-se ainda que se trata de uma maioria de homens e de negros.

Isto é reflexo da precariedade em que se vive, reafirmando a importância do contêiner[6] na praça (a Unidade de Apoio na Rua), que está para além da oferta de dispositivos de Redução de Danos, práticas integrativas em saúde ou acolhimento (INGLEZ-DIAS *et al*., 2014; NEIL; SILVEIRA, 2008; SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010). É perceptível que o sujeito se encontra tão banalizado por uma ótica multissetorial, que se percebe através das falas como o processo de gentrificação na cidade tem sido maquiado pelos órgãos públicos e repassados como algo positivo para todos os cidadãos, sem uma observação atenta à população em situação de rua. Um dos assistidos do Programa, por exemplo, morador de rua há mais de 20 anos, em encontro e diálogo na praça onde costuma "viver a vida", comemora a entrega de um novo albergue na cidade de Salvador e demonstra alegria ao compartilhar a informação com os outros moradores.

Juntos, fomos mapear os endereços dos albergues na cidade, e ele havia informado a nós que existiam cerca de oito albergues, mas em um mapeamento mais detalhado, posteriormente, foram constatadas cerca de quatro unidades em toda a cidade, e o mais curioso é que as mesmas são implantadas em pontos distantes dos quais eles costumam viver. Logo, o que se encontra morando no Centro Histórico, ponto turístico da cidade, para ter uma noite dita "segura", precisa se deslocar para outros lados da cidade, periféricos, o que os coloca ainda mais à margem das cidades, quando não se inviabiliza pelo fato do deslocamento configurar-se como uma dificuldade, frente ao precário acesso aos ônibus na cidade.

O fato é que, muitas vezes, aquele território, por ser ponto turístico, pelo alto índice de pessoas circulando, serve como mecanismo de faturamento para eles – e que "faturamento", aqui, não seja visto ou entendido apenas através da prática de furtos ou roubos (o que também é possível), mas do "ganha-pão" em geral de cada cidadão, através da água, de doces ou do picolé, e, por que não dizer, do sexo, quando as luzes da cidade se apagam. Muitas mulheres e travestis acabam se submetendo à prostituição justamente pelo atrativo que o corpo pode produzir e pela rentabilidade que está ação pode proporcionar (KULICK; GORDON, 2008).

Quando intitulamos, assim, este tópico de "Correr para o abraço de quem?", o fazemos como um convite a todos os leitores, a pensarmos e refletirmos sobre que espaço é esse que – enquanto cidadãos de uma cidade, ou profissionais das políticas públicas, seja da saúde, do direito, da assistência social, dentre outras categorias profissionais – em sua potência de provocar atravessamentos no sujeito, está sendo efetivamente proporcionado àqueles que são tidos como minoria? Que cidade é essa planejada e ofertada a nós, como povo que confere a ela vida? É nítido que esta é uma relação, quando pensada profissionalmente na relação com a população em situação de rua, que se pauta a partir da confiança

[6] O projeto funciona, também, a partir de contêineres localizados nos cenários das práticas, que ofertam às pessoas condições básicas de higiene pessoal, inclusive como instrumento de acolhimento e vinculação inicial.

entre o assistido e o profissional que ali se dispõe, relação essa construída e iniciada a partir do convívio entre ambos, das relações de afetos criadas, muitas pela referência em que o profissional se torna para o sujeito pelo simples ato de escutar – mas ambos como corpos circulantes pelas cidades, efetivamente quase nunca pensadas para nós, por nós, conosco (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

Faz-se necessário, deste ponto, pensar a partir de uma lógica de antítese da exclusão social, defendendo a reinserção social, onde possamos reforçar a ideia de que a população em situação de rua e sua decorrente estigmatização são sinônimos de uma sociedade que não compreende as cidades como um direito humano. Se partirmos do direito à cidade como horizonte de nossas práticas, seremos capazes de atuar de modo a que possam aqui serem vistos, estas pessoas que vivenciam a concretude do "estar na rua", não mais como sujeitos marginalizados, mas como seres integrantes e contribuintes para a formação de uma cidade, e produzir junto à cidade garantias de acesso aos direitos e oportunidades de maneira justa e equânime para todas e todos (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das experiências vividas, pude constatar como o processo de gentrificação, que para uns é tido como fator positivo pelos benefícios econômicos, turísticos e sociais da transformação do espaço, pode ser fator negativo, onde o que deveria ocorrer em um planejamento com um olhar voltado às minorias ou a quem ali já ocupa, é tido como fator de repreensão social por meio das suas consequências e dos prováveis caminhos que, através das ruas, os sujeitos tendem a tomar.

O que chama atenção em todo o Programa 360º, da Prefeitura de Salvador, como símbolo dos disparates que acusamos, é que não foram criadas estratégias para potencializar a cultura ancestral, raiz, trazida pelos negros escravizados, por exemplo, em consonância com as dos povos originários que aqui viviam, respeitando a cultura e a história de formação da cidade de Salvador; não se visualizam estratégias de provimento de moradias de qualidade para quem já vivia nos casarões agora mercantilizados, ou para os diversos moradores de praças, becos, ruas e vielas, em torno das áreas escolhidas para passar pela *limpeza social* (mascarada de *programa social*), visando exclusivamente o turismo soteropolitano e a capitalização dos ganhos proporcionado por tais ações.

Ter como base a experiência de adentrar um programa como o Corra Pro Abraço, que tem um público bem diversificado (desde migrantes urbanos e usuários de SPA até a usuários de serviços de Saúde Mental), proporcionou um enriquecimento de um olhar para a cidade como objeto de análise da Psicologia e de uma prática voltada para a população em situação de rua, bem como um olhar para os

atravessamentos que o espaço proporciona tanto a profissionais quanto aos assistidos ou usuários de um serviço, em termos do desenvolvimento de suas subjetividades.

Ao discutir Gentrificação, a relação do sujeito com o espaço e o quanto isso afeta a população em situação de rua, de dentro da Psicologia, deparo-me com uma limitação expressiva de recursos teóricos e técnicos necessários para fomentar tal discussão, fazendo-se necessário a construção de um saber a partir do diálogo entre outras áreas como: Antropologia, Direito, Sociologia, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo; todas com a Psicologia. Sugerimos, assim, que mais estudos sejam desenvolvidos a nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, que permitam o crescimento deste campo de estudos, contribuindo para a execução de políticas públicas e incentivos para essa população,

E, por fim, o título desta pesquisa, tendo como referência a música "Duas Cidades", da banda soteropolitana BaianaSystem, nos convida a ponderar sobre de quem é essa cidade rica de alegrias, sabores e cheia de histórias para contar, cidade forte e resistente às agruras do tempo, cidade que carrega um nome de força, mas que também nos interpela: diz aí, a que cidade que você pertence, ou melhor, a que população você pertence, da cidade alta à cidade baixa?

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **O Ensaio como Forma**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARENDT, H. **A Condição Humana** (The Human Condition). Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

ARENDT, H.; KROH, J. **Eichmann in Jerusalem**. New York: Viking Press, 1964.

BATALLER, M. A. S. "O Estudo da Gentrificação". **Revista Continentes (UFRRJ)**, vol. 1, n. 1, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19/11/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social & Secretaria Especial de Direitos Humanos (2006). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da População em Situação de Rua: Um Direito Humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Seminário Nacional**: A Questão da Terra: Desafios da Psicologia. Brasília: CFP, 2007.

DEERE, C. D.; MEDEIROS, L. S. "Agrarian Reform and Poverty Reduction: Lessons from Brazil"**.** *In*: AKRAM-LODHI, A. H.; BORRAS JR. S. M.; KAY, C. (orgs.). **Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization**: Perspectives from Developing and Transition Countries. London: Routledge, 2007.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu**: Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FIORATI, R. C. *et al*. "População em Vulnerabilidade, Intersetorialidade e Cidadania: Articulando Saberes e Ações". **Saúde e Sociedade**, vol. 23, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

HALLAIS, J. A. S.; BARROS, N. F. "Consultório na Rua: Visibilidades, Invisibilidades e Hipervisibilidade". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 31, 2015.

INGLEZ-DIAS, A. *et al*. "Políticas de Redução de Danos no Brasil". **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 19, 2014.

JARDIM, D. F.; LÓPEZ, L. C. **Políticas da Diversidade**: (In)Visibilidades, Pluralidade e Cidadania em uma Perspectiva Antropológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

KULICK, D.; GORDON, C. **Travesti**: Prostituição, Sexo, Gênero e Cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LARROSA, J. "O Ensaio e a Escrita Acadêmica". **Educação & Realidade**, vol. 28, n. 2, 2003.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. "Quem vocês pensam que (elas) são? -Representações sobre as pessoas em situação de rua". **Psicologia & Sociedade**, vol. 16, n. 2, 2004.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 15, n. 2, 2011.

NEIL, M.; SILVEIRA, D. X. (orgs.). "Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde". In: **Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde**. São Paulo: Unifesp, 2008.

OLIVEIRA, M. H. B. *et al*. **Direitos Humanos e Saúde**: Construindo Caminhos, Viabilizando Rumos. Rio de Janeiro: CEBES, 2017.

PERLMAN, J. "Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro (1969-2002)". **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei Ordinária Nº 9.215/2017**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2017.

PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO. **Corra pro Abraço: o Encontro para o Cuidado na Rua**. Salvador: SJDHDS, 2016.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia** – O Processo Grupal. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

ROSADO, R. C. S. O. **Porto de Salvador: Modernização em Projeto (1854-1891)**. Salvador: CODEBA, 1983.

SANTANA, C. L. A.; ROSA, A. S. **Saúde mental das pessoas em situação de rua**: conceitos e práticas para profissionais da assistência social. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016.

SANTOS, V. E.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. "Redução de Danos: Análise das Concepções que Orientam as Práticas no Brasil". **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 20, 2010.

SECO, M.; PASSAPUSSO, R. **Duas Cidades**. Salvador: Gravado por BaianaSystem, 2016.

SILVA, M. L. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno de População de Rua no Brasil (1995-2005)** (Mestrado em Política Social). Brasília: UnB, 2006.

VÉRAS, M. P. B. "Exclusão Social: Um Problema de 500 anos". In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão Social**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, M. A. C.; RAMOS BEZERRA, E. M.; MAFFEI ROSA C. M. **População de Rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1994.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 4 | Nº 12| Boa Vista |2020

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima